



Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso- Filiado à CUT - FNITST
Rua Cussy Júnior, 3-40, centro - 17015-020 - Bauru/SP - Fone-fax (14) 3223-6642 - e-mail: sinferrobru@uol.com.br

Decisão do TST proíbe terceirização

O Tribunal Superior do Trabalho, em audiência realizada no último dia 13, não aceitou recurso da Ferrovia Novoeste/ALL, e manteve decisão que considera ilegal as terceirizações das atividades tipicamente ferroviárias, como a manutenção e conservação de via permanente.

Em 2002, o Sindicato ingressou com Ação Judicial contra a terceirização das atividades constantes no artigo 237 da CLT-Consolidação das Leis do Trabalho), que regulamenta as atividades do setor ferroviário. Todas as atividades que hoje estão terceirizadas estão sendo feitas de forma ilegal.

“Art. 237 - O pessoal a que se refere o artigo antecedente fica dividido nas seguintes categorias:

a) funcionários de alta administração, chefes e ajudantes de departamentos e seções, engenheiros residentes, chefes de



depósitos, inspetores e demais empregados que exercem funções administrativas ou fiscalizadoras;

b) pessoal que trabalhe em lugares ou trechos determinados e cujas tarefas requeiram atenção constante; pessoal de escritório, turmas de conservação e construção da via permanente, oficinas e estações principais, inclusive os respectivos telegrafistas; pessoal de tração, lastro e revistadores;

c) das equipagens de trens em geral;

d) pessoal cujo serviço é de natureza intermitente ou de pouca intensidade, embora com permanência prolongada nos locais de trabalho; vigias e pessoal das estações do interior, inclusive os respectivos telegrafistas”.

Depois de 8 anos de luta obtivemos uma grande vitória. O fim das terceirizações acaba com a precarização, com os ferroviários de “segunda categoria”, abrindo a possibilidade da contratação direta de todos os companheiros pela Novoeste, o que dará a todos os ferroviários os mesmos benefícios como Plano de Saúde, Tíquete Refeição, Jornadas Regulares de Trabalho, Recolhimento Correto de INSS e Fundo de Garantia, além dar unidade à nossa categoria. O Sindicato aguarda a publicação do Acórdão do TST, para executar a sentença.

Campanha salarial 2011: começam as assembleias para discussão e aprovação da pauta de reivindicações a ser apresentada a Ferrovia

Fala, Roque



Particpei ativamente do 1º turno das eleições sendo candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, oportunidade onde colocamos no centro de nossa campanha, além da defesa dos interesses gerais da classe trabalhadora, a necessidade de recuperarmos as ferrovias, o que passa em nosso entendimento pela reestatização. A recuperação do controle da malha pelo Estado é a base fundamental para que o País possa construir um novo Plano Nacional de Viação, contemplando a intermodalidade de transporte, priorizando o modal ferroviário tanto para o transporte de cargas, como o de passageiros para médios e longos percursos e também o transporte de passageiros urbanos nos grandes centros, e os trens regionais.

Mais uma vez recebemos o apoio de nossa categoria nesta empreitada, que sabíamos de antemão seria muito difícil, pois além de contar com poucos recursos financeiros, nos dispusemos a discutir temas e propostas, que a maioria dos candidatos não fizeram: federalização do ensino infantil, fundamental e médio, federalização da saúde, reestatização das empresas privatizadas, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, o fim do fator previdenciário, o fim dos impostos sobre bens de consumo como alimentos e taxação das grandes fortunas.

Sáimos desta campanha onde obtivemos 16.749 votos, o que nos coloca na condição de suplente, fortalecidos e dispostos a prosseguir nosso combate como diretor de nosso Sindicato, e como vereador na Câmara Municipal de Bauru. Estou agora, junto com tantos outros companheiros e companheiras e mantendo a coerência de nossas posições convocando todos os ferroviários e seus familiares a lançar-se na batalha para barrar o candidato da burguesia que privatizou e destruiu as ferrovias, e votar Dilma - 13, lutando por um governo Socialista dos Trabalhadores.

CAMPANHA SALARIAL 2011

ALL- Malha Oeste (Novoeste)

Chegamos a mais uma Campanha Salarial. Este é o momento onde a categoria discute suas condições de trabalho, reajustes salariais, condições de saúde, jornada de trabalho, benefícios.

Este é um dos momentos mais importantes de uma categoria profissional, pois abre a possibilidade para que os trabalhadores discutam sua situação de vida real, que passa pelo seu cotidiano no mundo do trabalho.

As condições de trabalho nas ferrovias no Brasil, e em particular nas administradas pelo grupo ALL, como é o caso da Ferrovia Novoeste não são as melhores. A empresa paga muito mal, explora ao máximo os ferroviários e as condições de trabalho são precárias. Numa Campanha Salarial não discutimos só reposição de perdas salariais. Discutimos saúde no trabalho, jornadas de trabalho, condições de trabalho, relações sindicais, assuntos que interferem no dia a dia de nossas vidas e de nossos familiares. O Sindicato convocou a realização de

Assembléias que serão realizadas em toda base até o dia 27/10. Nas assembleias apresentaremos a proposta de pauta de reivindicações para ser discutida, emendada e aprovada pela categoria, para depois ser protocolizada na empresa.

Para que a categoria tenha força na mesa de negociações, é fundamental a participação organizada da categoria, discutindo, propondo ajudando a direção de sua entidade a trilhar o melhor caminho. Muitos companheiros, principalmente os mais novos demonstram certo medo em participar de assembleias, reuniões e encontros, pois se dizem ameaçados, por alguns supervisores e gerentes. É preciso vencer o medo, e isso nós fazemos de forma coletiva, pois os nossos interesses são os mesmos, e juntos somos muito mais fortes. Vamos todos participar das assembleias e fortalecer nossa unidade para a luta.



ALL Insegurança - Discurso x Prática

Há anos, temos denunciado sobre as condições precárias de trabalho em toda extensão da malha. Os acidentes tem sido constantes e nem sempre podemos dizer que não houve vítimas. Recentemente tivemos acidentes com vítima fatal entre Araçatuba e Guararapes.

A desculpa para não efetuar as melhorais é sempre a mesma, não tem dinheiro no orçamento, temos que vender sucatas e etc. Mas a verdade é que não há



qualquer interesse em dar condições de segurança ao trabalhador.

Tomamos como exemplo a situação gritante da iluminação do pátio de manobras em Bauru e o sindicato junto com representantes dos trabalhadores na CIPA, irá no dia 21/10/2010 interditar o pátio a partir das 18:00 horas, até que o problema se resolva.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

UNIFICAÇÃO DA TABELA SALARIAL É NOSSA LUTA CENTRAL

Há 158 anos a categoria ferroviária enfrenta grandes desafios, mas, não se vende e não rende. Na Monarquia, Ditaduras Militares e também, no sistema Republicano, as políticas públicas são desastrosas, atingindo brutalmente a classe trabalhadora, que resiste bravamente buscando garantir direitos e vida digna. Isso ocorre, porque o sistema é Capitalista, e se estrutura na exploração da classe trabalhadora praticada pelos grandes patrões, donos do capital e das grandes empresas.

Dentre os duros golpes, um dos maiores foi a Privatização da RFFSA iniciada em 1996, e comandada do FHC e José Serra do PSDB. Além, das demissões de milhares de pais e mães de famílias, da entrega ao capital transnacional por “preço de banana” do maior patrimônio público naquela ocasião, também ocorreu a extinção da empresa ferroviária pública, nacional e estratégica.

Várias foram as consequências, que vão desde a desativação de vários trechos e ferrovia, o abandono de milhares de imóveis, engessamento salarial dos poucos que continuam laborando na VALEC/MT e os quase cem mil aposentados e pensionistas complementados, assim como, os aposentáveis que laboram nas Concessionárias privadas.



Nos Dissídios Coletivos de Trabalho 2003/2004, impetrados pelas entidades sindicais representantes dos ferroviários no TST - Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília - DF, os reajustes salariais concedidos foram diferenciados (9% e 14%), criando duas tabelas salariais e consequentemente, prejudicando mais de doze mil ferroviários em todo o território nacional.

Os Sindicatos representantes da parcela de ferroviários que não foram contemplados com o reajuste de 14%, não desistiram e intensificaram a luta para correção da

discriminação salarial imposta a uma empresa pública nacional com plano único de cargos e salários, considerado caso “sui generis” na história das empresas estatais nacionais.

Nas negociações coletivas realizadas com a VALEC/MT sucessora da RFFSA, objetivando a celebração do ACT 2010/2011, às duras penas conquistamos a Unificação da Tabela Salarial, a partir de 1º de maio de 2010, infelizmente, sem recebimento dos valores atrasados.

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, através do DEST - Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, conforme Ofício nº 710/ DEST/MP-2010, datado de 28/09/2010, determinou que a reivindicação fosse reapresentada a partir de janeiro de 2011, sob alegação de impedimento legal para aprovação da unificação da tabela salarial, em virtude do processo eleitoral.

Desse modo, a FITF (Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários-CUT) decidiu não assinar o ACT 2010/2011, sem que haja garantia da Unificação da Tabela Salarial, por escrito e assinada por autoridade credenciada do Governo Federal, para preservar os interesses da categoria.

PPP - ferroviários não conseguem se aposentar



conseguir se aposentar.

O INSS exige que os mesmos apresentem os formulários - DSS8030, PPP ou SB-40 a fim de enquadrar os

Ferrovários que se desligaram da RFFSA antes de sua extinção, e s t ã o enfrentando s é r i o s problemas para

períodos trabalhados em atividade especial. Porém a VALEC – Sucessora da RFFSA, se nega a fornecer o documento.

O INSS por sua vez, não permite que se faça a Justificação Administrativa, uma vez que em seu entender, a VALEC por ser sucessora tem obrigação.

Estabeleceu-se um jogo de empurra, entre VALEC e INSS, e centenas de ferroviários passam por sérias dificuldades, por não conseguirem se aposentar.

Apresentamos o problema ao Ministério Público do Trabalho, através da PTN-15, no

Município de Bauru, que abriu **Inquérito Civil nº 494.2009.15.001-4**, e solicitou juntada de documentos a Valec que o Procurador do Trabalho Dr. Luiz Henrique Rafael está analisando o caso e poderá em caso de não atendimento ajuizar Ação Civil Pública em relação aos responsáveis pela emissão dos documentos.

É importante que todos que se encontrem nessa situação entrem em contato com o sindicato, informando, nome, matrícula e data de desligamento para ser juntado ao Inquérito.

Anistiados, vitória depois de 20 anos de luta

Entre 1990 e 1992, período do famigerado governo Collor, foram demitidos ou exonerados das empresas públicas e dos serviços públicos, mais de 100 mil trabalhadores e servidores. O pretexto como sempre, era o de enxugar a máquina pública. A maioria das demissões tinha motivação política.



desistiram. Com a eleição de Lula, retomamos nossa luta, e conseguimos de fato fazer valer a Lei da Anistia. Centenas de companheiros já voltaram a trabalhar nas empresas de origem, e no caso dos ferroviários, em virtude da extinção da RFFSA vários estão sendo lotados em órgãos do serviço público e prefeituras.

Tivemos centenas de companheiros e companheiras que foram demitidos da RFFSA, e nossos sindicatos em conjunto com outros sindicatos do país iniciaram a luta para readmitir os demitidos.

Depois de muita luta, conseguimos no governo Itamar Franco aprovar a Lei da Anistia. Durante o ano de 1993 foi constituída a Comissão Especial de Anistia para analisar todas as situações, e readmitir os companheiros injustiçados.

Quando todos pensam que a situação iria ser resolvida com rapidez, Fernando Henrique Cardoso foi eleito presidente da república, e com sua posição anti- serviços públicos e servidores e empregados de empresas públicas, criou todas as dificuldades para a implantação da Lei da Anistia, durante os oito anos em que comandou a entrega do país.

Os ferroviários e outras categorias não

APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI 5030

Vários companheiros durante todo este processo, ou por não acreditarem no sucesso de nossa luta, ou por não conseguirem cumprir os prazos para a entrega dos documentos não foram beneficiados. Mas não desistimos, e conseguimos que o governo Lula enviasse ao Congresso Nacional um novo Projeto de Lei, para atender estes companheiros. Estamos trabalhando e pressionando para que os deputados votem o PL 5030.

Temos que ficar atentos nas eleições presidenciais, pois os acordos foram feitos com o governo Lula. Se os privatistas do PSDB/DEM e seu candidato José Serra ganhar as eleições, com certeza teremos enormes dificuldades para aprovar o PL 5030. Pense nisso e faça sua parte.

RELAÇÃO DOS ANISTIADOS

ANISTIADOS – BAURU/SP

- 1- DANIEL ALEXANDRE DA SILVA
- 2- MAURO ALVES MALVA
- 3- EXPEDITO PIRES DOS SANTOS
- 4- EDSON NUNES DA LUZ
- 5- JANILDO JOAQUIM DE SOUZA
- 6- MOACIR DE OLIVEIRA DA SILVA
- 7- JOSÉ ANTONIO CORREIA GALDINO

ANISTIADOS – ARAÇATUBA/SP

- 1- ANTONIO SANTIAGO SIQUEIRA
- 2- ARLINDO ALVES DOS REIS
- 3- DALVINO GONZAGA DE QUEIROS
- 4- MARCO ANTONIO DE SOUZA
- 5- WILSON DOS SANTOS

ANISTIADOS – TRÊS LAGOAS/MS

- 1- ANTONIO CARLOS DA SILVA
- 2- AUGUSTO DE SOUZA FILHO
- 3- DEUSDETE CASTRO E SILVA
- 4- GILSON FREITAS DA SILVA
- 5- HORTENCIO F. DE SOUZA
- 6- ILMO JOSÉ DA SILVA
- 7- SÉRGIO LUIZ MENDES DO AMARAL

ANISTIADOS – CORUMBÁ

- 1- ADILSON RABELO
- 2- SAMUEL PESSOA DA FONSECA
- 3- SEBASTIÃO ALVES DA CUNHA
- 4- REGINALDO BRUNO

ANISTIADOS – AQUIDAUANA

- 1- CLARINDO PEREIRA
- 2- ISMAEL BARATA
- 3- JAIR DE ARAÚJO

ANISTIADOS – CAMPO GRANDE/MS

- 1- HAMILTON JULIO DE O. GUIMARÃES
- 2- ANDRÉ LUIZ CARDOSO

Foram requisitados pelos órgãos:

- MINISTÉRIO DO TRABALHO, RECEITA FEDERAL, A.G.U.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Atenção aos recadastramentos

Aposentados e pensionistas, da REFER e dos Ministérios dos Transportes estão tendo os proventos suspensos em virtude de falta de recadastramento. Esses dois institutos realizam recadastramento anual por ocasião do aniversário, porém, muitos esquecem de fazer, e outros em virtude de não atualização nos dados, não recebem os formulários. Se você, aposentado ou pensionista da REFER ou dos Transportes já fez aniversário este ano e não se recadastrou, procure o sindicato e assim evitará problemas futuros. Fique sempre atento a toda documentação que é enviada e em caso de dúvida nos procure.